

1.21 • Conjuntura internacional

Espanha: nacionalismo(s) e economia

A CRISE QUE TEM MARCADO O CONTEXTO europeu nos últimos cinco anos atingiu a economia espanhola de forma especialmente rigorosa. A dimensão do retrocesso económico de Espanha ganha mais relevância quando comparado com os dados de criação de emprego e de crescimento do produto interno bruto dos anos anteriores (1996-2008). Hoje, sabemos que o sucesso do país vizinho residia, sobretudo, na denominada “bolha imobiliária”, assente na construção civil impulsionada pelos sectores público e privado. Porém, até 2008, poucos foram capazes de prever o fim de uma era de pujança, em que Madrid chegou a admitir a possibilidade de suplantar a economia francesa num curto espaço de tempo.

As consequências sociais são a face mais visível deste problema, como o comprovam os mais de 5.000.000 de desempregados espanhóis. No entanto, a crise tem outras consequências indirectas, como as que afectam a própria estrutura territorial do Estado. Em regra, a abordagem aos problemas relacionados com a pluralidade nacional interna espanhola não está articulada com a questão económica. Parece haver alguma propensão da comunicação social para analisar as tendências centrífugas dos nacionalismos basco e catalão como um problema exclusivamente político, sem uma ligação clara à dimensão económica. Porém, sobretudo no caso catalão, parece ser cada vez mais evidente a presença dos temas económicos no discurso nacionalista.

Catalunha: o nacionalismo económico

Espanha é um Estado fortemente descentralizado. O território encontra-se dividido em comunidades autónomas com estatutos diferenciados, o que confere um carácter assimétrico à distribuição de poder. A Catalunha é uma destas comunidades, dispondo de amplas competências, entre outros, nos campos da educação, da política lin-

guística ou da saúde. Ao não dispor de autonomia fiscal, está na dependência directa do governo central, em termos de obtenção da principal fatia de receitas para fazer face às despesas que estão sob sua administração.

O controlo sobre a fiscalidade é um factor que contribui amplamente para a autonomia de uma unidade política. Esta é uma das explicações para que os impostos constituam uma dimensão simbólica e efectiva da soberania de um Estado. Por muitas competências que um quadro constitucional descentralizado preveja para as comunidades autónomas, sem financiamento directo (através da capacidade legal para cobrar impostos e gerir a sua receita) ou indirecto (transferências financeiras do Estado central), não há forma de as materializar. Quando o financiamento é obtido sobretudo de forma indirecta, a margem de manobra das comunidades autónomas diminui e a sua dependência face ao Estado central aumenta. É, justamente, este um dos principais factores que está a impulsionar o discurso do nacionalismo catalão.

Com a crise, a necessidade de maior autonomia na gestão financeira tornou-se mais evidente. Quando a economia espanhola crescia a bom ritmo, Madrid dispunha de uma maior capacidade negocial que advinha da transferência de mais competências e, conseqüentemente, de mais fundos para as comunidades autónomas. Foi esta a lógica que presidiu ao acordo de incidência parlamentar entre o Partido Popular e os nacionalistas catalães da Convergència i Unió (CiU), na legislatura 1996-2000. José María Aznar conseguiu, nesse período, cumprir a totalidade do seu primeiro mandato como presidente do governo, no contexto de uma maioria relativa, graças à cedência de algumas competências à autonomia catalã, a troco de estabilidade parlamentar.

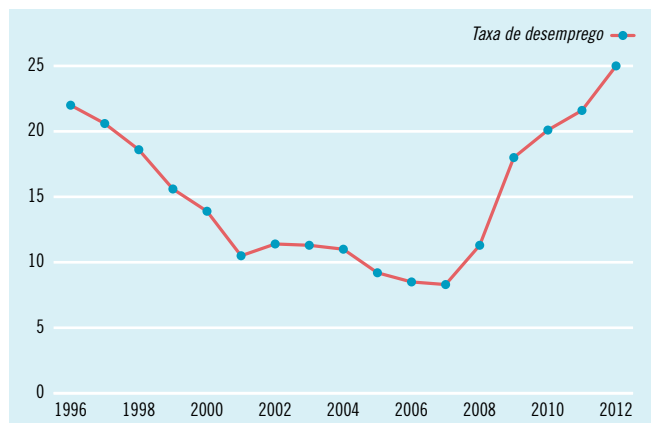
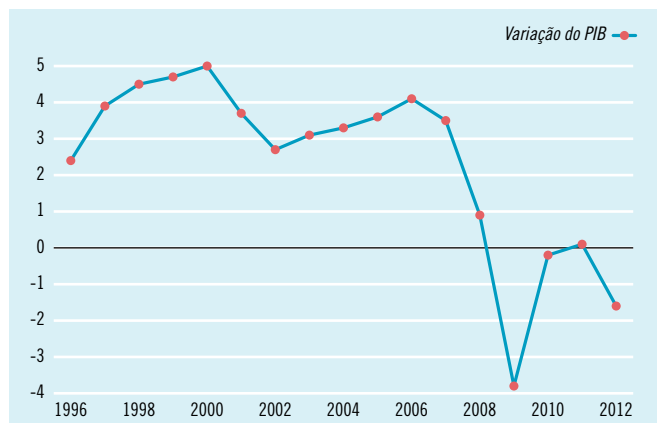
Por outro lado, a Catalunha é a região espanhola

Filipe Vasconcelos Romão

que apresenta um produto interno bruto, em valor absoluto, mais elevado. O discurso do nacionalismo catalão, outrora marcado pelos elementos linguísticos e culturais, centra-se agora em questões materiais muito concretas, como a perda de qualidade dos serviços públicos de saúde e de educação. As críticas ao centralismo e a outras regiões do Estado surgem, nesta fase, como inevitáveis: ao produzir mais e de forma mais eficiente, a Catalunha contribui mais do que outras comunidades para o “bolo” central e, como tal, deverá ter acesso a mais receitas.

A Andaluzia é um dos principais alvos deste discurso, pela sua maior dependência em relação ao dinheiro público. Convém recordar que a Andaluzia e a Catalunha são as maiores autonomias de Espanha, contando, respectivamente, com 8.424.102 habitantes e com 7.539.618 habitantes sobre um total de 47.190.493 (INE, 2012). No entanto, as semelhanças na dimensão das populações não têm correspondência na dimensão das economias: enquanto a Catalunha representou, em 2011, 18,7% do produto interno bruto espanhol (preços de mercado) a preços correntes, a Andaluzia ficou-se pelos 13,3%. Em termos de PIB *per capita*, aquela comunidade autónoma, no mesmo ano, apresentou valores na ordem dos 27.430 euros, enquanto os andaluzes não foram além dos 17.587 euros. O desemprego, que absorve uma parte muito substancial das verbas destinadas a políticas sociais, por seu lado, registou, em 2011, uma taxa de 30,4% na Andaluzia, contra 19,2% na Catalunha (INE, 2012; Indecat, 2012).

Nos últimos três anos, o nacionalismo catalão, mesmo na sua expressão mais moderada e ideologicamente conservadora da CiU, deu passos claros em direcção a um maior distanciamento face a Madrid. Impulsionado pelo exemplo escocês e escudado nalguma impaciência que se co-



Variación do PIB espanhol e taxa de desemprego (em %). Fonte: Banco Mundial.

meça a fazer sentir na sociedade catalã, Artur Mas, presidente da Generalitat (expressão que traduz o conjunto dos órgãos políticos da autonomia), pretende convocar um referendo que, em última instância, poderá materializar uma secessão. Mas parece apostado em ter o melhor de dois mundos: ao mesmo tempo que afirma uma via politicamente soberana da Catalunha, faz da adesão à União Europeia (UE) um ponto essencial para o quadro definatório de um eventual novo Estado. Só assim poderá assegurar a continuidade da integração económica com o resto de Espanha, o principal mercado para a economia catalã. Em resumo, pretende manter os benefícios económicos de um mercado alargado e aligeirar os custos sociais exigidos pela integração num Estado com claras assimetrias territoriais.

“
[nas] tendências centrífugas dos nacionalismos basco e catalão [...] parece ser cada vez mais evidente a presença dos temas económicos no discurso nacionalista.

”

O governo espanhol, liderado pelo conservador Mariano Rajoy, vai respondendo com prudência ao desafio, evitando a escalada dialéctica e o emprego de um discurso nacionalista, passível de indispor a cidadania da Catalunha. Madrid parece ter compreendido que a resposta ao nacionalismo económico deverá ser dada na mesma dimensão e já se movimenta, no quadro da UE, para evitar que Bruxelas emita qualquer tipo de afirmação que possa ser entendida como complacente em relação às aspirações centrífugas de Barcelona. Até agora, a estratégia parece estar a resultar, não se vislumbrando qualquer sombra de acolhimento institucional (da UE ou dos seus Estados-membros) à emergência de um novo Estado soberano na Península Ibérica. Rajoy demonstra ter percebido que o projecto de uma Catalunha independente assenta, sobretudo, na pujança económica desta região e que sem os mercados espanhol e europeu a sua probabilidade de sucesso fica claramente diminuída.

País Basco: autonomia aprofundada

O País Basco confirma de forma clara a assimetria do sistema territorial espanhol. A primeira disposição adicional da Constituição de 1978, ao reconhecer o respeito pelos “direitos históricos dos territórios forais”, abriu portas ao estabelecimento dos regimes fiscais de excepção que vigoram nas três províncias que compõem o País Basco (Álava, Biscaia e Guipúscoa) e na Comunidade Foral de Navarra.

As lógicas que presidem aos regimes fiscais geral e foral são distintas: no primeiro caso, que abarca a Catalunha, apesar da crescente responsabilização entre o centro e as autonomias, é ao Estado central que cabe a liderança do processo de fi-

nanciamento; no segundo caso, estamos perante um processo de financiamento que tende a ser bilateral, com o Estado e as autonomias ou províncias forais a negociar a transferência de receitas obtidas a partir de impostos estabelecidos livremente por estas. É óbvio que a margem para obter receita, através da definição e cobrança de impostos, para fazer face às próprias despesas acaba por permitir a materialização de uma maior autonomia.

No País Basco, a coincidência temporal entre o fim da actividade da ETA e a crise financeira veio colocar a economia no centro do debate político. No entanto, com um maior grau de autonomia na gestão das suas finanças públicas, o nacionalismo basco moderado (actualmente no poder na comunidade autónoma) não tem utilizado um discurso semelhante ao do nacionalismo catalão. Por outro lado, os bascos tentaram, num passado recente, pela mão do então presidente do governo autonómico Juan José Ibarretxe, fazer aprovar uma proposta de revisão do estatuto autonómico que previa uma consulta popular passível de substituir o actual quadro político territorial por um estatuto de livre associação com o Estado espanhol. O denominado Plano Ibarretxe (2004-2005) foi travado nas Cortes de Madrid e a experiência falhada travou os ímpetus da ala mais radical do Partido Nacionalista Vasco (PNV), que optou por um compasso de espera ditado pela derrota da ETA e pelo regresso do nacionalismo radical (outrora apoiante da organização terrorista), entretanto legalizado, às instituições democráticas.

Os bascos parecem, assim, na expectativa de verificar o que irá acontecer em duas vertentes: por um lado, aguardam pelo desenlace do braço-de-ferro entre o nacionalismo catalão e Madrid; e, por outro, esperam pela confirmação da dissolução total da ETA, única opção viável para uma total normalização política da região e factor que abrirá portas a um alinhamento ideológico semelhante ao que se regista na Catalunha, com um partido independentista de centro-esquerda (a Esquerra Republicana de Catalunya) e uma coligação nacionalista de centro-direita (a CiU). Quando estas duas incógnitas se dissiparem, provavelmente, o desafio à soberania espanhola será colocado também a partir do País Basco.

Semelhanças e diferenças

É inegável que há várias semelhanças no enquadramento, no Estado espanhol, de duas regiões como a Catalunha e o País Basco, que, entre outros aspectos, usufruíram do reconhecimento de instituições pré-autonómicas; contaram com os primeiros estatutos autonómicos aprovados, beneficiando, desde o início do actual sistema democrático, de um leque alargado de competências transferidas pelo Estado central; são dotadas de regimes linguísticos e educativos próprios; contam com autoridades policiais próprias; foram governadas durante décadas por nacionalismos centrífugos fortes, que vivem em tensão quase permanente com o Estado espanhol.

Há, no entanto, um elemento que contribui para diferenciar os dois casos. O facto de os bascos contarem com uma comunidade autónoma que compreende três províncias dotadas da prerrogativa de definir a quase totalidade das suas opções fiscais, limitando-se a sua obrigação com o Estado central à entrega de um valor anual previamente estabelecido, traça uma linha de assimetria muito clara com os catalães. É esta assimetria, conjuntamente com as marcas deixadas pelas quase cinco décadas de terrorismo da ETA, que coloca os nacionalismos basco e catalão em situações de impasse tão diversas. O primeiro espera ansiosamente pela normalização definitiva do sistema político da comunidade autónoma, enquanto o segundo leva a tensão com Madrid ao ponto mais alto da história recente. A economia é o grande pano de fundo e, provavelmente, é dela que depende o desenlace das disputas identitárias em Espanha. ■

Referências

- Banco Mundial (2014). Disponível em: <http://datos.bancomundial.org> [12 de março de 2014].
- Idescat (2012) — Institut d'Estadística de Catalunya. Disponível em: <http://www.idescat.cat> [10 de março de 2012].
- INE (2012) — *Espanña en cifras 2012*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística.